

CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações de arrendamento e elabora as suas demonstrações financeiras com observância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.e) às demonstrações financeiras. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e de rendas e despesas de operações de arrendamento, embora resultem na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a Companhia registra o ajuste a valor presente de suas operações de arrendamento mercantil em contrapartida de provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento, o que diverge das práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas classificações afetam significativamente a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção "Base para opinião com ressalva".

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Guilherme Jorge Dagli Júnior
Contador
CRC nº 1 SP 223225/O-0

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019		31/12/2018		PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2019		31/12/2018	
CIRCULANTE		<u>77.492</u>	<u>81.970</u>			CIRCULANTE		<u>223.858</u>	<u>204.157</u>		
DISPONIBILIDADES	5	4.114	4.658			OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	13	<u>149.814</u>	<u>125.106</u>		
INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS	6	<u>47.367</u>	<u>36.823</u>			Empréstimos no País		98.007	77.920		
Certificado de depósitos bancários		-	-			Empréstimos no exterior		51.807	47.186		
Instrumentos financeiros derivativos		47.367	36.823			INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	<u>47.508</u>	<u>35.841</u>		
						Instrumentos financeiros derivativos		47.508	35.841		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	7	<u>(1.378)</u>	<u>(243)</u>			OUTRAS OBRIGAÇÕES		<u>26.536</u>	<u>43.210</u>		
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7	156.130	129.578			Estatutárias, Fiscais e Previdenciárias	16	5.396	1.346		
Adiantamento por conta de arrendatários		-	-			Diversas	14	21.140	41.864		
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	7	(154.116)	(127.361)								
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(3.392)	(2.460)			NÃO CIRCULANTE		<u>184.955</u>	<u>172.420</u>		
OUTROS CRÉDITOS	9	<u>26.452</u>	<u>39.283</u>			OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	13	<u>120.822</u>	<u>109.857</u>		
Rendas a receber		1.010	1.060			Empréstimos no País		74.176	62.282		
Diversos		25.442	38.223			Empréstimos no exterior		46.646	47.575		
OUTROS VALORES E BENS	10	<u>937</u>	<u>1.449</u>			INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	<u>41.860</u>	<u>40.710</u>		
Bens não de uso próprio, líquido		302	944			Instrumentos financeiros derivativos		41.860	40.710		
Despesas antecipadas		635	505			OUTRAS OBRIGAÇÕES		<u>22.273</u>	<u>21.853</u>		
NÃO CIRCULANTE		<u>392.863</u>	<u>347.917</u>			Estatutárias, Fiscais e Previdenciárias	16	16.600	18.826		
INSTRUMENTOS DERIVATIVOS	6	<u>42.145</u>	<u>42.241</u>			Diversas	14	5.516	2.771		
Instrumentos financeiros derivativos		42.145	42.241			Provisões para riscos	15	157	256		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		-	-			RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		<u>10.996</u>	<u>842</u>		
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7	157.303	142.211			Resultado de exercícios futuros	19	10.996	842		
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	7	(157.303)	(142.211)			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>50.546</u>	<u>52.468</u>		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	-	-			Capital social - de domiciliados no exterior	20.a	19.691	19.691		
OUTROS CRÉDITOS	9	<u>9.632</u>	<u>7.874</u>			Reservas de lucros	20.b	30.855	32.777		
Diversos		9.632	7.874								
PERMANENTE		<u>341.086</u>	<u>297.802</u>			TOTAL DO PASSIVO		<u>470.355</u>	<u>429.887</u>		
Imobilizado de Uso	12	593	717								
Outras Imobilizações de Uso		2.375	2.384								
(-) Depreciação Acumulada		(1.782)	(1.667)								
Imobilizado de Arrendamento	11	<u>340.159</u>	<u>296.687</u>								
Bens Arrendados	11	586.727	511.440								
(-) Depreciação Acumulada	11	(268.058)	(240.333)								
Superveniência de Depreciação	11	21.490	25.580								
Intangível	12	<u>334</u>	<u>398</u>								
Ativos Intangíveis		779	753								
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis		(445)	(355)								
TOTAL DO ATIVO		<u>470.355</u>	<u>429.887</u>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSI LATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>6.390</u>	<u>14.660</u>	<u>13.086</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>6.390</u>	<u>14.660</u>	<u>13.086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>97.131</u>	<u>185.997</u>	<u>183.165</u>
Operações de arrendamento mercantil	7	94.897	186.849	173.784
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (+/-)	6	2.222	(928)	9.371
Resultado com títulos de renda fixa (+/-)	0	12	76	10
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(85.369)</u>	<u>(155.532)</u>	<u>(145.792)</u>
Operações de empréstimos e repasses	13	(18.194)	(29.241)	(37.150)
Operações de arrendamento mercantil	7	(65.473)	(125.359)	(112.101)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(1.702)	(932)	3.459
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>11.762</u>	<u>30.465</u>	<u>37.373</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(7.096)</u>	<u>(17.590)</u>	<u>(17.315)</u>
Despesas de pessoal		(6.380)	(15.239)	(12.821)
Outras despesas administrativas	23	(3.088)	(6.289)	(6.085)
Despesas tributárias		(2.875)	(5.809)	(5.644)
Outras receitas operacionais	24	5.426	9.877	9.035
Outras despesas operacionais	25	(179)	(130)	(1.800)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>4.666</u>	<u>12.875</u>	<u>20.058</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	26	5.600	12.111	2.636
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>10.266</u>	<u>24.986</u>	<u>22.694</u>
Provisão de Imposto de Renda e contribuição social - Correntes	17	(4.678)	(10.100)	(3.716)
Provisão de Imposto de Renda e contribuição social - Diferidos	17	802	(226)	(5.892)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>6.390</u>	<u>14.660</u>	<u>13.086</u>
Lucro por Ação (em R\$)		0,44	1,00	0,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas Especiais de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		17.257	1.490	20.635	-	39.382
Aumento de capital	20.a	2.434	-	(2.434)	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	13.086	13.086
Destinação de lucros:						
Constituição de reservas de lucros	20.b	-	654	12.432	(13.086)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		19.691	2.144	30.633	-	52.468
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	20.c	-	-	(15.065)	(1.517)	(16.582)
Lucro do exercício		-	-	-	14.660	14.660
Destinação de lucros:						
Constituição de reservas de lucros	20.b	-	733	12.410	(13.143)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		19.691	2.877	27.978	-	50.546
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		19.691	2.558	25.389	-	47.638
Distribuição de Dividendos		-	-	(1.965)	(1.517)	(3.482)
Lucro do semestre		-	-	-	6.390	6.390
Destinação de lucros:						
Constituição de reservas de lucros		-	319	4.554	(4.873)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		19.691	2.877	27.978	-	50.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do semestre/exercício		6.390	14.660	13.086
Ajustes por:		<u>79.935</u>	<u>145.184</u>	<u>112.260</u>
Depreciações e amortizações		65.615	125.102	105.711
(Superveniência) insuficiência de depreciação		5.624	4.090	(1.794)
Imposto de renda e CSLL diferidos		(802)	226	5.892
Variação cambial de derivativos		(6.547)	(3.370)	(13.688)
Variação cambial de empréstimos		5.571	4.889	14.984
Imposto de Renda e CSLL correntes	26	4.678	10.100	3.716
Provisão para riscos		10	(99)	8.413
Provisão para pagamentos a realizar		576	3.639	3.035
Outras provisões		2.534	648	(8.575)
Provisão não operacional		(59)	(105)	(1.617)
Provisão de juros - dívida subordinada		-	-	(7)
Provisão de juros - conta garantida		39	142	709
Baixa (reversão) de imobilizado de arrendamento	8	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.702	932	(3.459)
VPC Stub faturado e não recebido		994	(1.010)	(1.060)
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado		<u>86.325</u>	<u>159.844</u>	<u>125.346</u>
Variação de ativos e obrigações:		<u>(8.641)</u>	<u>12.240</u>	<u>(4.432)</u>
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos		5.601	5.739	655
(Aumento) redução em operações de arrendamento mercantil		(121)	203	310
(Aumento) redução em outros créditos		23.950	23.130	14.656
(Aumento) redução em outros valores e bens		1.098	3.556	4.513
Aumento (redução) em outras obrigações - fiscais e previdenciárias		(12.823)	(8.276)	(807)
Aumento (redução) em outras obrigações - diversas		(30.379)	(21.618)	(25.059)
Aumento (redução) em resultado de exercícios futuros		4.033	9.506	1.300
Imposto de Renda e contribuição social pagos		<u>(6.745)</u>	<u>(11.273)</u>	<u>(5.811)</u>
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais		<u>70.939</u>	<u>160.811</u>	<u>115.103</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Alienação (aquisição) de imobilizado de arrendamento		<u>(80.362)</u>	<u>(175.312)</u>	<u>(175.974)</u>
Aquisição de móveis e equipamentos - arrendamento financeiro		(14.400)	(47.917)	(89.910)
Alienação de móveis e equipamentos - arrendamento financeiro		2.139	4.021	1.091
Aquisição de móveis e equipamentos - arrendamento operacional		(68.157)	(131.529)	(87.273)
Alienação de móveis e equipamentos - arrendamento operacional		56	113	118
Alienação (aquisição) de imobilizado de uso:		<u>(68)</u>	<u>(77)</u>	<u>(187)</u>
Móveis e equipamentos de uso		(68)	(77)	(187)
Aplicação (aquisição) de intangível:		<u>(26)</u>	<u>(26)</u>	<u>-</u>
Sistema de processamento de dados		(26)	(26)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(80.456)</u>	<u>(175.415)</u>	<u>(176.161)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captações com empréstimos obtidos		73.038	117.753	104.020
Amortizações de obrigações por empréstimos		(59.407)	(87.111)	(40.815)
Dividendos pagos		(3.482)	(16.582)	-
Caixa Líquido oriundo das (investido nas) atividades de financiamento		<u>10.149</u>	<u>14.060</u>	<u>63.205</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>632</u>	<u>(544)</u>	<u>2.147</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		3.482	4.658	2.511
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício		4.114	4.114	4.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 54 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 52,5 milhões em 2018). O lucro líquido apresentado no acumulado do exercício foi de R\$ 14,7 milhões (R\$ 13,1 milhões em 2018).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$ 470,4 milhões (R\$ 429,9 milhões em 2018). Desse montante, R\$ 4,1 milhões (R\$ 4,7 milhões em 2018) são representados por caixa e equivalentes de caixa, R\$ 89,5 milhões (R\$ 79,0 milhões em 2018) por derivativos e R\$ 308,9 milhões (R\$ 264,4 milhões em 2018) pela carteira de arrendamento.

Os passivos circulante e não circulante somavam R\$ 405,3 milhões (R\$ 376,6 milhões em 2018) e são representados por empréstimos no montante de R\$ 270,6 milhões (R\$ 235 milhões em 2018), instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 89,4 milhões (R\$ 76,6 milhões em 2018) e outras obrigações no montante de R\$ 45,3 milhões (R\$ 65,1 milhões em 2018).

Outras Informações

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, que pudessem caracterizar a perda de independência do auditor.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Barueri - SP, 30 de março de 2020.

A Diretoria

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede à Alameda Rio Negro, 585 - 7º andar - Bloco A - Alphaville - Barueri, e tem por objeto social principal a prática das operações de arrendamento mercantil de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. É uma sociedade por ações de capital fechado de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, sendo equiparada às instituições financeiras e estando, portanto, sujeita às normas e aos controles do Banco Central do Brasil - BACEN.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do BACEN e apresentado em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.
- Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa.
- Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.
- Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.
- Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.
- Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Eventos subsequentes.
- Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R1) - Pronunciamento conceitual básico.
- Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.
- Resolução CMN nº 4.455/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.
- Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.
- Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado.

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo CMN.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 27 de março de 2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas à operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, que incluem: saldos em bancos, caixa e aplicações financeiras cujo prazo de vencimento na data de aplicação for inferior a 90 dias e não estão sujeitos a risco de mercado significativo.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" são avaliados ao valor justo e estão classificados como "hedge" de risco de mercado tendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado.

d) Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa

- i. Operações de arrendamento mercantil financeiro - estão registradas pelo valor atualizado, quando aplicável, pelas rendas incorridas até a data do balanço, segundo o critério "pro rata" dia quando aplicável, deduzidas das rendas a apropriar que são mensalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência.
- ii. Operações de arrendamento mercantil operacional - estão registradas pelo valor de aquisição dos bens, líquido das depreciações acrescido do valor das contraprestações em atraso na data do balanço.
- iii. Operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional são compostas por operações de arrendamento de equipamentos de informática, comunicação e outros para pessoas jurídicas.

- iv. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. O critério de arrasto da classificação de risco de um mesmo cliente ou grupo econômico é efetuado para a carteira de arrendamento, exceto para as operações que apresentem vinculação de crédito com outra instituição financeira, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682/99. Para essas operações é considerada a posição de atraso na data base. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso e grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). O resultado das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- v. Operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, conforme as regras da Resolução CMN nº 2.682/99, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de arrendamento que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam registradas em contas de compensação são classificadas como nível H, os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
- vi. Carteira de arrendamento mercantil - é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:
 - I. Arrendamentos a receber
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
 - II. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil
Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais.
 - III. Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.
 - IV. Perdas em arrendamentos
Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuadas aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de vida útil remanescente dos bens e demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.

Os prejuízos apurados na venda de bens a terceiros (não arrendatários) são reconhecidos no resultado não operacional.

V. Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil financeiro. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil financeiro às práticas contábeis adotadas no Brasil.

e) Bens não de uso próprio

São registrados quando há o retorno do equipamento por ocasião do fim do contrato de arrendamento sem que o arrendatário tenha exercido a opção de compra prevista no contrato. São registrados pelo valor de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. Anualmente é realizado inventário físico e apurado o seu valor de mercado.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".

g) Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, seja com a indenização da ação ou com comissão aos assessores jurídicos, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos - são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 no ano. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15, permanecendo até 31 de dezembro de 2018 e à alíquota de 15% em 31 de dezembro de 2019.

Os impostos diferidos foram constituídos, sobre as diferenças temporárias, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e para a contribuição social de 15%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o resultado tributável do período às taxas dos impostos em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis de ativos, passivos e resultados e os correspondentes valores reconhecidos para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pela alíquota de 40%.

k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 4.636/18, que determinou a adoção do pronunciamento técnico CPC 05 (R1), referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base das demonstrações financeiras. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados.

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; e (v) ajuste de superveniência de depreciação e valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do Arrendamento Mercantil. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos da Companhia está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações e de forma a atender às disposições da regulamentação em vigor. A Diretoria Executiva é responsável por determinar os parâmetros de risco que julga compatível com o modelo de negócio da Companhia.

A exposição a tais riscos é sistematicamente monitorada por equipes especializadas e independentes das unidades de negócio. Os resultados de tais aferições são submetidos à apreciação da Diretoria Executiva, que desempenha suas atribuições relacionadas à formulação e adoção de diretrizes, estratégias, políticas e medidas voltadas à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos em conformidade com as leis, normas e regulamentos aplicáveis à Companhia.

A tomada de decisão na Companhia sempre leva em conta os possíveis impactos de tais decisões no tocante aos riscos controlados.

- Risco de Crédito: decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração de cliente ou setor. A decisão de crédito baseia-se nas evidências sobre a capacidade de pagamento dos arrendatários e demais contrapartes avaliadas com base em metodologia própria. O comitê de crédito da casa matriz participa de todas as escolhas feitas pela Companhia, garantindo independência e isenção.
- Risco de Mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. Colaboradores especialistas, capacitados à identificação e controle dos riscos de mercado a que se expõe a Companhia incluindo risco cambial, são os responsáveis por manter a Diretoria Executiva informada para que medidas de proteção adicional possam ser tomadas quando necessário. São observados tanto os aspectos recomendados pelo órgão regulador como as próprias políticas internas da Companhia que limitam a exposição ao mínimo necessário para a condução dos seus negócios.

- Risco de Liquidez: este tipo de risco assume duas formas: (i) o risco de liquidez de mercado e (ii) risco de liquidez de fluxo de caixa ("funding"). O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos. O gerenciamento dos descasamentos de prazo entre a liquidação de direitos e obrigações é parte das atividades diárias de grupo de colaboradores com dedicação exclusiva ao assunto. Relatórios frequentes mantém a Diretoria Executiva informada sobre tais descasamentos, bem como sugere medidas de contingência para os cenários de estresse.
- Risco Operacional: é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Os princípios básicos observados pela Companhia na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui ferramenta e metodologia de monitoramento dos riscos operacionais e com base em um modelo de Matriz de Riscos é possível à Diretoria Executiva identificar e corrigir falhas priorizando os aspectos de maior relevância econômica e regulatória.

O quadro abaixo apresenta os saldos de Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Mercado, Exposição a Risco Cambial e Exposição a Taxas de Juros nos fins dos exercícios já ponderados para cálculo do Índice de Basileia:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	8.951	3.994
Risco operacional (RWA _{OPAD})	5.517	4.897
Risco de mercado (RWA _{JUR1} + RWA _{JUR2})	3.702	3.647
Risco cambial (RWA _{CAM})	<u>138</u>	<u>786</u>
Total	<u>18.308</u>	<u>13.324</u>

O Gerenciamento de Capital visa estabelecer as diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital da Companhia, e a sua manutenção em nível compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

O processo de Gerenciamento de Capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos da Companhia, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

De acordo com a política da Companhia os equivalentes de caixa são mantidos com a única finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins. Dessa forma, a Companhia mantém suas disponibilidades de caixa exclusivamente depositadas em conta corrente com bancos de primeira linha.

A posição de caixa e equivalentes de caixa é:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Disponibilidades	<u>4.114</u>	<u>4.658</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia não possuía em 2019 e em 2018 nenhuma posição em títulos e valores mobiliários, exceto instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são destinados a "hedge" e são avaliados ao valor de mercado. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos, por indexador, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

Quadro A - Nocional

	<u>Fator de risco</u>	<u>Moeda</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
NDF (a)	Dólar e juros	R\$	88.927	79.555
"SWAP" (a)	Dólar e juros	R\$	10.608	13.395
			<u>99.535</u>	<u>98.453</u>

Quadro B - Saldos

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Posição ativa</u>		<u>Posição ativa</u>		<u>Posição passiva</u>		<u>Posição passiva</u>	
	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
NDF (a)	47.067	41.473	36.626	41.602	47.508	41.860	35.841	40.710
"SWAP" (a)	300	672	197	639	-	-	-	-
Total	<u>47.367</u>	<u>42.145</u>	<u>36.823</u>	<u>42.241</u>	<u>47.508</u>	<u>41.860</u>	<u>35.841</u>	<u>40.710</u>

(a) As operações de NDF e "SWAP" são contratadas com a finalidade de "hedge" das operações de empréstimos e são avaliadas ao valor justo, sendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado. A Companhia não aplica a contabilidade de "hedge".

As posições de curto prazo são aquelas com vencimento em até 1 ano e as de longo prazo apresentam data de vencimento superiores a 1 ano e com vencimentos até 5 anos.

Quadro C - Resultado

	<u>2º semestre de 2019</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Títulos e Valores Mobiliários - CDB	12	76	10
NDF (a)	1.704	(1.349)	8.453
"SWAP" (a)	518	421	918
Total	<u>2.234</u>	<u>(852)</u>	<u>9.381</u>

(a) Refere-se principalmente aos resultados auferidos com 45 (43 em 2018) contratos com o objetivo de minimizar perdas cambiais decorrentes dos contratos de captação e empréstimos fixados em dólar (US\$).

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Ajustes nas operações de arrendamento mercantil

Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente pela não reclassificação do imobilizado e dos ajustes de superveniência para o ativo circulante e não circulante nas operações de arrendamento financeiro e não apurar o resultado com base na taxa de retorno do arrendamento financeiro. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o resultado e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, porém as rubricas que abrigam os valores das operações de arrendamento mercantil permanecem com os seus saldos apurados por procedimentos não uniformes com as referidas práticas contábeis, mas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

b) Saldo das operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiros são representados pelos seus respectivos valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Os contratos de arrendamento mercantil operacionais são representados pelo valor de aquisição dos bens líquidos das depreciações e valor das contraprestações em atraso. Esses valores são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, atendendo desta forma, às normas do BACEN, as quais são resumidas a seguir:

	Arrendamento Mercantil Financeiro		Arrendamento Mercantil Operacional	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Operações de arrendamento mercantil no ativo - circulante	61.439	65.643	94.691	63.934
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - circulante	(61.095)	(64.727)	(93.021)	(62.634)
Operações de arrendamento mercantil no ativo - não circulante	72.688	78.773	84.615	63.438
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - não circulante	(72.688)	(78.773)	(84.615)	(63.438)
Valor residual garantido a realizar	14.182	28.476	-	-
Valor residual garantido a balancear	(14.182)	(28.476)	-	-
Bens arrendados - ativo permanente (i)	241.651	267.313	324.084	241.215
Depreciações acumuladas (i)	(124.781)	(128.554)	(135.030)	(110.452)
Superveniência de depreciação (ii)	5.941	6.107	-	-
Perdas de arrendamentos a diferir no ativo (iii)	1.357	2.702	-	-
Amortização acumulada de perdas a diferir (iii)	(727)	(1.203)	-	-
Valor total da carteira	<u>123.785</u>	<u>147.281</u>	<u>190.724</u>	<u>132.063</u>
Credores por antecipação de valores residuais (iv)	(5.614)	(14.970)	-	-
Valor presente do arrendamento financeiro/Contratos arrendamento operacional registrados no balanço	118.171	132.311	190.724	132.063

- (i) Não inclui o montante de R\$14.219 (R\$11.463 em 2018), referente ao custo e R\$7.133 (R\$5.194 em 2018) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a CSILATINA.

- (ii) Não inclui o valor de R\$15.549 (R\$19.473 em 2018), contabilizado como ajuste de superveniência de depreciação que corresponde ao valor de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do "leasing".
- (iii) Não inclui o valor de R\$145 (R\$145 em 2018), referente a perdas e R\$(71) (R\$41 em 2018) de amortização de perdas em operações de arrendamento cedidas.
- (iv) Não inclui o valor de R\$113 (R\$141 em 2018), de valor residual recebido de clientes com contratos cedidos.

c) Segregação da carteira por tipo de atividade econômica

Atividade econômica	Arrendamento Financeiro		Arrendamento Operacional	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Setor privado - indústria	41.833	49.060	101.518	81.032
Setor privado - comércio	17.781	19.574	9.358	3.740
Setor privado - intermediários financeiros	9.208	11.729	4.759	5.480
Setor privado - habitação	7	-	-	-
Setor privado - rural	-	-	65	-
Setor privado - serviços	49.342	51.948	75.024	41.811
Total	<u>118.171</u>	<u>132.311</u>	<u>190.724</u>	<u>132.063</u>

d) Distribuição da carteira por faixa de vencimento

Faixa de vencimento	Arrendamento financeiro		Arrendamento operacional	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vencidos	74	348	1.129	337
A vencer até 90 dias	18.196	20.061	25.580	18.580
A vencer de 91 a 360 dias	41.574	45.496	61.163	41.502
A vencer acima de 360 dias	58.327	66.406	102.852	71.644
Total	<u>118.171</u>	<u>132.311</u>	<u>190.724</u>	<u>132.063</u>

e) Resultado de operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
<u>Receitas de operações de arrendamento mercantil</u>			
Rendas de arrendamento financeiro	35.652	74.695	95.123
Rendas de arrendamento operacional	51.781	95.286	73.739
Lucro na alienação de bens arrendados	7.464	16.868	4.922
Total	<u>94.897</u>	<u>186.849</u>	<u>173.784</u>
<u>Despesas de operações de arrendamento mercantil</u>			
(-) Despesas de arrendamento financeiro	(27.703)	(57.715)	(77.147)
(-) Despesas de arrendamento operacional	(37.216)	(66.577)	(33.658)
(-) Prejuízo na alienação de bens arrendados	(554)	(1.067)	(1.296)
Total	<u>(65.473)</u>	<u>(125.359)</u>	<u>(112.101)</u>

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$3.392, sendo R\$982 para Arrendamento Financeiro e R\$2.410 para Arrendamento Operacional. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo total era de R\$2.460, sendo R\$1.081 para Arrendamento Financeiro e R\$1.379 para Arrendamento Operacional.

O risco de crédito com a carteira de arrendamento mercantil a valor presente e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa são calculados conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99, estão apresentados a seguir:

Arrendamento financeiro

Níveis de risco	Provisão mínima requerida	31/12/2019				31/12/2018			
		Vencido	A vencer	Saldo	Provisão	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão
AA	0%	-	11.094	11.094	-	-	9.600	9.600	-
A	0,5%	-	85.383	85.383	427	-	96.910	96.910	484
B	1%	-	20.584	20.584	206	-	23.862	23.862	239
C	3%	21	21	42	1	81	525	606	18
D	10%	33	76	109	11	-	300	300	30
E	30%	-	710	711	213	267	766	1.033	310
F	50%	20	228	248	124	-	-	-	-
G	70%	-	-	-	-	-	-	-	-
H	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		<u>74</u>	<u>118.096</u>	<u>118.171</u>	<u>982</u>	<u>348</u>	<u>131.963</u>	<u>132.311</u>	<u>1.081</u>

Arrendamento Operacional

Níveis de risco	Provisão mínima requerida	31/12/2019				31/12/2018			
		Vencido	A vencer	Saldo	Provisão	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão
AA	0%	-	71.729	71.729	-	-	32.564	32.564	-
A	0,5%	-	87.030	87.030	435	-	82.861	82.861	414
B	1%	567	22.916	23.483	235	20	10.325	10.345	103
C	3%	9	1.770	1.779	53	109	1.912	2.021	61
D	10%	60	2.522	2.582	258	55	2.351	2.406	241
E	30%	57	3.105	3.162	949	153	1.714	1.867	560
F	50%	436	523	959	480	-	-	-	-
G	70%	-	-	-	-	-	-	-	-
H	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		<u>1.129</u>	<u>189.595</u>	<u>190.724</u>	<u>2.410</u>	<u>337</u>	<u>131.727</u>	<u>132.064</u>	<u>1.379</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>Arrendamento financeiro</u>	<u>Arrendamento operacional</u>
Saldos no Exercício de 31/12/2017	1.379	4.540
Reversões/ constituições - 1º semestre	<u>326</u>	<u>1.999</u>
Saldos no semestre de 30/06/2018	1.705	6.539
Reversões/ constituições - 2º semestre	<u>(624)</u>	<u>(5.160)</u>
Saldos no exercício de 31/12/2018	1.081	1.379
Reversões/ constituições - 1º semestre	<u>(341)</u>	<u>(429)</u>
Saldos no semestre de 30/06/2019	740	950
Reversões/ constituições - 2º semestre	<u>242</u>	<u>1.460</u>
Saldos no exercício de 31/12/2019	<u>982</u>	<u>2.410</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existem contratos renegociados.

9. OUTROS CRÉDITOS

Rendas a receber

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Rendas a receber (a)	<u>1.010</u>	<u>1.060</u>
Total	<u><u>1.010</u></u>	<u><u>1.060</u></u>

- (a) Saldo refere-se ao valor proporcional a receber dos clientes pelo uso antecipado dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. O recebimento destas parcelas está assegurado pelo Termo de Recebimento e Aceitação, assinado entre as partes.

Diversos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Circulante</u>	25.442	38.223
Adiantamento salarial	28	52
Devedores diversos (a)	25.412	34.321
Impostos e contribuições (b)	2	106
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal (c)	-	2.089
Crédito tributário sobre adições temporárias (d)	-	1.655
<u>Não circulante</u>	9.632	7.874
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal (c)	5.928	6.561
Crédito tributário sobre adições temporárias (d)	3.542	1.294
Devedores por Depósito em Garantia	<u>162</u>	<u>19</u>
Total	<u><u>35.074</u></u>	<u><u>46.097</u></u>

- (a) Devedores diversos referem-se substancialmente a valores a receber originados pelo encerramento de contratos junto aos clientes que exerceram a opção de compra dos bens e por valores faturados pelos fornecedores de bens que serão objeto de arrendamento ainda não atribuídos aos contratos.
- (b) Impostos e contribuições referem-se aos recolhimentos antecipados de IRPJ e CSLL nos exercícios.
- (c) O prejuízo fiscal é originado pela Superveniência de Depreciação, conforme nota explicativa nº 17a.
- (d) O crédito tributário sobre adições temporárias foi constituído sobre variação cambial, provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de "leasing", marcação a mercado de derivativos, tendo sua movimentação detalhada na nota explicativa nº 17a.

10. OUTROS VALORES E BENS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bens não de uso próprio (BNDU) (a)	308	1.056
Provisão para desvalorização de outros valores e bens (b)	(6)	(112)
Prêmio de Seguros Antecipados	73	27
Comissão de Estruturação de Captação	530	443
Outros	<u>32</u>	<u>35</u>
Total	<u><u>937</u></u>	<u><u>1.449</u></u>

- (a) A rubrica "Bens Não de Uso Próprio - BNDU" refere-se basicamente a valores registrados como máquinas e equipamentos retornados ao final das operações de "leasing". Os bens recebidos foram registrados pelo seu custo de aquisição líquido de depreciação. Anualmente é realizado inventário físico e apuração de seu valor de mercado.
- (b) A legislação em vigor, em cumprimento ao estabelecido no CPC 01 (R1), prevê a realização de Teste de "impairment" (ou Teste de recuperabilidade de ativos) a cada exercício social. A essência do teste de recuperabilidade é evitar que um ativo esteja registrado por um valor maior que seu valor recuperável. A Companhia realizou teste detalhando a metodologia, premissas utilizadas e o resultado da avaliação dos ativos em relatório específico. Foram submetidos ao teste de recuperabilidade 100% do estoque de equipamentos retornados das operações de "leasing", contabilizados como bens não de uso próprio - BNDU que possuíam saldo contábil residual. Foi registrada provisão para perda por "impairment" no valor de R\$6 (R\$112 em 2018), valor que representa, na estimativa da Administração, a diferença entre expectativa de valor a receber pela venda dos equipamentos e valor contábil dos bens.

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

<u>Imobilizado de arrendamento</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bens arrendados (a)	<u>586.727</u>	<u>511.440</u>
Financeiro:	<u>255.871</u>	<u>267.313</u>
Máquinas e equipamentos	176.649	171.858
Móveis	1.244	2.923
Veículos e afins	21.244	33.468
Outros arrendamentos	56.734	59.064
Operacional:	329.499	241.425
Máquinas e equipamentos	289.163	205.927
Veículos e afins	27.179	26.141
Outros arrendamentos	13.157	9.357
(+) Perdas de arrendamento	1.357	2.702
(-) Depreciação acumulada (a)	<u>(268.057)</u>	<u>(240.333)</u>
Financeiro:	(131.915)	(128.554)
Máquinas e equipamentos	(87.222)	(77.107)
Móveis	(468)	(851)
Veículos e afins	(14.660)	(18.339)
Outros arrendamentos	(29.565)	(32.257)
Operacional:	<u>(135.415)</u>	<u>(110.576)</u>
Máquinas e equipamentos	(112.698)	(94.766)
Veículos e afins	(17.320)	(10.530)
Outros arrendamentos	(5.397)	(5.280)
(-) Amortização de perdas a diferir (b)	<u>(727)</u>	<u>(1.203)</u>
(+) Superveniência de depreciação	<u>21.490</u>	<u>25.580</u>
Total	<u><u>340.159</u></u>	<u><u>296.687</u></u>

- (a) Inclui o montante de R\$14.219 (R\$11.463 em 2018), referente ao custo e R\$7.133 (R\$5.194 em 2018) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a CSILATINA.

- (b) Inclui o valor de R\$145 (R\$145 em 2018), referente a perdas e R\$71 (R\$41 em 2018) de amortização de perdas em operações de arrendamento cedidas.

Taxa média de depreciação

Máquinas equipamentos	0,83% a 1,19% ao mês
Móveis	0,83% a 1,19% ao mês
Outros arrendamentos	1,66% a 2,38% ao mês

Para bens arrendados com vida útil média estimada em 84 e 42 meses, são consideradas as taxas de depreciação 1,19% e 2,38% ao mês, respectivamente, e para bens arrendados com vida útil média estimada em 120 e 60 meses, são consideradas as taxas de depreciação de 0,83% e 1,66% ao mês, respectivamente.

12. BENS DE USO PRÓPRIO E ATIVO INTANGÍVEL

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imobilizado de uso	593	717
Intangível (a)	334	398

- (a) O saldo refere-se, substancialmente, ao custo de implantação de sistema integrado ERP que entrou em produção durante o exercício de 2014 e que será amortizado pelo prazo de 10 anos.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Tipo	Moeda	31/12/2019		31/12/2018	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos no País -					
Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	R\$	82.474	74.176	62.462	62.282
Capital de Giro no País (b)	R\$	15.533	-	15.458	-
Empréstimos no Exterior -					
Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	US\$	51.807	46.646	47.186	47.575
Total		<u>149.814</u>	<u>120.822</u>	<u>125.106</u>	<u>109.857</u>

- (a) A Companhia possui a maior parte de suas obrigações por empréstimos no país e exterior na modalidade "sem retenção substancial de risco" que foram estruturadas através da vinculação de recebíveis de operações de arrendamento mercantil, contratadas segundo determina a Resolução CMN nº 2.921/02 a preços de mercado para a modalidade, que inclui R\$33.631 (R\$29.226 em 2018) com partes relacionadas (vide nota 21).
- (b) O capital de giro necessário para atender a necessidades momentâneas de caixa é contratado a taxas de mercado através da modalidade conta garantida e capital de giro de curto prazo com instituições de primeira linha no Brasil.

Resultado de obrigações por empréstimos

	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Operações por empréstimos e repasses	(12.589)	(24.318)	(22.356)
Outras rendas operacionais (variação cambial ativa)	7.763	17.240	18.013
Outras despesas operacionais (variação cambial passiva)	(13.368)	(22.163)	(32.807)
Total	<u>(18.194)</u>	<u>(29.241)</u>	<u>(37.150)</u>

A variação de obrigações por empréstimos e repasses foi em função da variação cambial passiva (despesa) no montante de R\$22.163 (R\$32.807 em 2018) e variação cambial ativa (receita) R\$17.240 (R\$18.013 em 2018).

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Credores por antecipação de residual (a)	1.037	12.446
Despesas de pessoal (b)	2.377	2.467
Outras despesas administrativas	415	258
Outros pagamentos (c)	15.784	25.317
Credores diversos - País (d)	<u>1.527</u>	<u>1.376</u>
Total circulante	<u>21.140</u>	<u>41.864</u>
Credores por antecipação de residual (a)	4.690	2.524
Despesas de pessoal (b)	<u>826</u>	<u>247</u>
Total não circulante	<u>5.516</u>	<u>2.771</u>

- (a) Referem-se a valores de Valor Residual Garantido ("VRG") recebidos antecipadamente e estão sujeitos à atualização, com base nos mesmos índices estabelecidos nos contratos de arrendamento mercantil a que estão vinculados.
- (b) Inclui provisões de R\$300 (R\$300 em 2018) para pagamento de comissão de vendas, R\$700 para pagamento de PLR (R\$773 em 2018) e R\$1.411 (R\$912 em 2018) a serem pagos para Administração a título de remuneração.
- (c) Outros pagamentos referem-se substancialmente aos valores devidos aos fornecedores de bens e serviços relacionados com a aquisição de bens relativos às operações de arrendamento mercantil no valor de R\$15.740 (R\$24.742 em 2018) e R\$668 (R\$571 em 2018) relacionados à fornecedores diversos não relacionados à operação de "leasing".
- (d) Credores diversos referem-se substancialmente a recebimentos antecipados de parcelas de arrendamento mercantil e créditos não identificados.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Os principais processos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são relacionados a ações trabalhistas e de acordo com a avaliação dos advogados, são assim sumarizados:

	Quantidade de ações		Valor estimado pelos advogados /valor das causas		Provisão contábil	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provável (i)	2	2	157	256	157	256
Possível (ii)	<u>1</u>	<u>3</u>	<u>15</u>	<u>2.238</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total geral	<u>3</u>	<u>5</u>	<u>172</u>	<u>2.494</u>	<u>157</u>	<u>256</u>

- (i) As ações classificadas como perda provável no montante de R\$157 (R\$256 em 2018) referem-se a processos trabalhistas em fase de liquidação e com depósito judicial realizado.
- (ii) As ações classificadas como perdas possíveis no valor total de R\$15 (R\$2.238 em 2018) referem-se a ações trabalhistas movidas por ex-empregados ou prestadores de serviços buscando pretensos direitos trabalhistas. O montante corresponde a valores de processos em fase inicial, ou valores que, segundo a análise individual dos casos pelos consultores jurídicos externos, possivelmente não constituirão perda em função do estágio atual dos processos e/ou o posicionamento dos tribunais em relação às matérias discutidas.

A Companhia não possuía contingências tributárias ou cíveis com probabilidade de perda "possível" ou "provável" em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	<u>Contingências trabalhistas</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	256
Constituição - 1º semestre	27
Pagamentos	<u>(136)</u>
Saldos em 30 de junho de 2019	147
Constituição - 2º semestre	<u>10</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>157</u>

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dividendos a pagar	3.482	-
IRPJ refis (a)	93	82
IRPJ a pagar corrente	519	266
CSLL a pagar corrente	267	-
CSLL refis (a)	124	109
Impostos s/ salários a recolher	153	119
PIS refis (a)	9	8
PIS a pagar corrente	20	6
COFINS refis (a)	46	41
COFINS a pagar corrente	124	39
Impostos s/ serviços a recolher	554	505
Outros impostos a recolher	2	92
IRRF a recolher	<u>3</u>	<u>79</u>
Total do circulante	<u>5.396</u>	<u>1.346</u>
Provisão para imposto de renda diferido (b)	5.372	7.585
Crédito tributário passivo sobre diferenças temporárias (b)	9.809	9.500
IRPJ refis (a)	487	597
CSLL refis (a)	646	793
PIS refis (a)	44	55
COFINS refis (a)	<u>242</u>	<u>296</u>
Total do não circulante	<u>16.600</u>	<u>18.826</u>
Total	<u>21.996</u>	<u>20.172</u>

(a) Referem-se a impostos relativos ao REFIS, detalhados na nota explicativa nº 18.

(b) A provisão para IR Diferido foi calculada aplicando-se a alíquota de 25% ao saldo de Superveniência de Depreciação em cada período, bem como IR e CSLL sobre o valor dos ajustes temporários da marcação a mercado, variação cambial e estimativa de valor residual (opção de venda) totalizando o valor de R\$15.181 (R\$17.085 em 2018), detalhado na nota explicativa nº 17a.

17. IMPOSTO DE RENDA - IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO - CSLL

Conciliação do Imposto de Renda e contribuição social	2º semestre		
	de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.266	24.986	22.695
Alíquota Vigente	40%	40%	45%
Expectativa de despesa (crédito) de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(4.106)	(9.995)	(10.212)
Efeito do IRPJ e da CSLL s/ as diferenças permanentes	(19)	(700)	(270)
Diferença de alíquota na constituição do crédito de CSLL sobre diferenças temporárias (reversão de majoração)	-	-	819
Outros	249	368	55
Imposto de Renda e contribuição social	<u>(3.876)</u>	<u>(10.326)</u>	<u>(9.608)</u>

a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018	Constituição	Reversão	31/12/2019
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo							
Crédito Tributário - Diferenças Temporárias	5.271	-	(2.322)	2.949	593	-	3.542
Crédito Tributário - Base Negativa de CSLL	423	-	(423)	-	-	-	-
Crédito Tributário - Prejuízo Fiscal	9.227	-	(577)	8.650	-	(2.722)	5.928
Total	14.921	-	(3.322)	11.599	593	(2.722)	9.470
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Social – Passivo							
IR Diferido sobre diferenças temporárias	(8.570)	(930)	-	(9.500)	(309)	-	(9.500)
Provisão para IR sobre superveniência	(5.946)	(1.639)	-	(7.585)	-	2.213	(7.585)
Total	(14.516)	(2.569)	-	(17.085)	(309)	2.213	(15.181)
Impostos diferidos líquidos	405	(2.569)	(3.322)	(5.486)	284	(509)	(5.711)

b) Projeção de realização de impostos diferidos

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda											
Prejuízo Fiscal	1.947	1.912	(494)	2.078	485	-	-	-	-	-	5.928
Diferenças Temporárias	1.470	499	92	31	122	-	-	-	-	-	2.214
Total do IR Diferido Ativo	3.417	2.411	(402)	2.109	607	-	-	-	-	-	8.142
Créditos Tributários de Contribuição Social											
Base Negativa de Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	882	299	55	18	74	-	-	-	-	-	1.328
Total da CSLL Diferida Ativa	882	299	55	18	74	-	-	-	-	-	1.328
Total	4.299	2.710	(347)	2.127	681	-	-	-	-	-	9.470

Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$7.763 e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação da Companhia, projetada para os períodos correspondentes.

Os ajustes na determinação do lucro real dos valores de superveniência de depreciação de bens sobre operações de arrendamento mercantil devem ter tratamento diferenciado de forma a não produzirem efeitos no momento das verificações para constituição e manutenção do registro contábil do crédito tributário.

A probabilidade de realização do crédito tributário, portanto, deve desconsiderar o prejuízo gerado pela superveniência de depreciação, conforme parágrafo 5º do artigo 1º da Resolução CMN nº 3.059/02 (com redação dada pela Resolução CMN nº 3.355/06). Ao dispensar a verificação do prazo de realização do crédito tributário originado de prejuízos fiscais ocasionados pela receita de superveniência, entende-se que tal ajuste possui condição especial somente aplicável à operação de arrendamento mercantil. Sendo assim, a projeção de realização dos créditos tributários acima exclui os resultados oriundos de Superveniência de Depreciação, contemplando somente outras receitas e despesas.

18. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS FEDERAL

Em 2009, a CSILATINA Arrendamento Mercantil, aderiu ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei nº 11.941/09. O programa Federal incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008. As principais teses inseridas no programa foram PIS/COFINS sobre recebimento de Juros ao Capital Próprio e CPMF em operações de clientes. A opção pelo parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários foi efetivada em novembro de 2009, com o valor total de R\$2.857, dividido em 180 parcelas de R\$15, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic. O presente acordo encontra-se em dia e até o término do exercício de 2019 foram pagas 122 parcelas, restando um saldo remanescente de R\$1.691 (R\$1.981 em 2018), conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ	580	679
CSLL	770	902
PIS	53	63
COFINS	288	337
Total REFIS	<u>1.691</u>	<u>1.981</u>

<u>Tributo</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo devedor</u>
PIS	73	57	(77)	53
COFINS	394	305	(411)	288
CSLL	1.067	805	(1.102)	770
IRPJ	801	610	(831)	580
Total	<u>2.335</u>	<u>1.777</u>	<u>(2.421)</u>	<u>1.691</u>

19. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a parcelas de arrendamento mercantil recebidas antecipadamente no valor R\$324 (R\$776 em 2018) e a cessão de parcelas de arrendamento realizada com instituição financeira sem retenção de riscos e benefícios, o resultado apropriado pela fluência do prazo de vencimento em 2019 foi de R\$4.113 (R\$3.880 em 2018).

Em 2018 foi efetuada a apropriação dos resultados de cessão com créditos de contratos de arrendamento mercantil financeiro celebrados até a data de encerramento das demonstrações financeiras, no montante de R\$4.695, esse valor foi revertido em 2019 e a movimentação está apresentada conforme quadro abaixo:

<u>Rendas antecipadas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Novas cessões/ recebimentos</u>	<u>Apropriação ao resultado</u>	<u>31/12/2019</u>
Cessão de parcelas de arrendamento mercantil	66	9.959	647	10.672
Recebimentos antecipados de contraprestações	776	324	(776)	324
Total	842	10.283	(129)	10.996

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em observância ao disposto no artigo 4º, caput e parágrafo único, da Resolução CMN nº 3.605/08, no artigo 199 da Lei das S/A e no Artigo 25, inciso III, do Estatuto Social da Companhia, foi aprovado em AGOE realizada em 23 de abril de 2018, que foi aprovada pelo BACEN em 14 de junho de 2018, o aumento de capital social, mediante capitalização das reservas de lucros, no valor de R\$2.434, passando este de R\$17.257 para R\$19.691, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das S/A.

O capital social é representado por 14.648.278 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, apresentando a seguinte composição:

<u>Acionista</u>	<u>Sede</u>	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
		<u>Participação %</u>	<u>Qtde de ações</u>	<u>Valor da participação (R\$ mil)</u>	<u>Participação %</u>	<u>Qtde de ações</u>	<u>Valor da participação (R\$ mil)</u>
CSI Financial Inc. Executive Personal Computer Inc.	EUA	100,00%	14.648.277	19.691	100,00%	14.648.277	19.691
	EUA	0,00%	1	0,001	0,00%	1	0,001
Total		100%	14.648.278	19.691	100%	14.648.278	19.691

b) Reservas de Lucros

i) Reserva Legal

A reserva legal é constituída sobre o lucro apresentado ao final do exercício no percentual de 5% conforme estatuto social.

ii) Outras reservas especiais de lucro

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R\$27.978 (R\$30.633 em 2018) em reserva para fortalecimento do patrimônio.

c) Dividendos

Aos acionistas são assegurados 25% de dividendo mínimo obrigatório, calculado sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária. Em 31 de dezembro de 2019, os dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$3.482 (R\$0 em 2018) foram registrados na rubrica "Outras obrigações – Estatutárias, Fiscais e Previdenciárias", deduzidos dos lucros acumulados e reservas de lucros do período. Em 31 de dezembro de 2018 os acionistas, assim como nos períodos anteriores, optaram por utilizar os dividendos para constituição de reserva para fortalecimento do Patrimônio Líquido da Companhia, que foi ratificado em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2019, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$13.100, que foram pagos em 06 de junho de 2019. O valor de dividendo por ação foi de R\$0,89.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações da Companhia com partes relacionadas são saldo de valores a pagar a sua Matriz, empréstimos contratados de coligada nos Estados Unidos da América, efetuadas a preços e condições normais de mercado e valores a receber de reembolso de despesas de coligada no Brasil, seus saldos estão a seguir enumerados:

Tipo	Moeda	31/12/2019		31/12/2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valores a pagar -					
CSI Latina Financial Inc.	US\$	37	-	-	-
Valores a receber -					
CSI Remarketing	R\$	260	-	-	-
Empréstimo TCC (a)	US\$	16.732	16.899	13.631	15.595

(a) Empréstimos denominados em moeda estrangeira captado junto à Tokyo Century Corporation, acionista da controladora da Companhia. Tais operações geraram despesas no montante de R\$1.530 (R\$1.304 em 2018).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a remuneração dos administradores totalizou R\$1.930 (R\$1.868 em 2018), esses valores estão registrados na rubrica de Pró-Labore. Há ainda saldo de provisão de exercícios anteriores no valor de R\$1.411, (nota explicativa nº 14) a ser pago integralmente até fevereiro de 2022.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

22. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILEIA)

O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II (Resolução CMN nº 4.193/13).
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (Resolução CMN nº 4.192/13).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente aquelas que atuam no ramo segurador.

As novas regras para a apuração dos requisitos mínimos de capital estabelecem percentagens do montante dos ativos ponderados pelo risco e constituem requerimentos de capital a serem observados pelas instituições financeiras, e que seguirão o cronograma apresentado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Capital principal (mínimo + adicional) (a)	6,375 a 8,28%	7,0 a 9,5%
Nível I (mínimo + adicional) (b)	7,875 a 9,75%	8,5 a 11,0%
PR (mínimo + adicional) (c)	10,5 a 12,375%	10,5 a 13,0%

- (a) Capital Principal - composto por ações, quotas, reservas e lucros retido.
- (b) Nível I - composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento.
- (c) PR (patrimônio de referência) - composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Também foi criado o Adicional de Capital Principal, que representa o capital suplementar de conservação (fixo) e contracíclico (variável) que, ao final do período de transição, deverá ser de no mínimo 2,5% e no máximo 5% do montante dos ativos ponderados pelo risco, sendo que este percentual será estabelecido pelo BACEN conforme as condições macroeconômicas da época.

As novas regras de Basileia III passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013 e seguem cronograma elaborado internacionalmente até sua efetiva implantação em 1º de janeiro de 2022.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)	<u>50.212</u>	<u>52.070</u>
Patrimônio de referência Nível I:	<u>50.212</u>	<u>52.070</u>
Patrimônio líquido	50.546	52.468
Ajustes prudenciais (Resolução CMN nº 4.192/13)	(334)	(398)
Patrimônio de referência Nível II	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativos ponderados pelo Risco (a):		
RWA _{CPAD}	8.951	3.994
RWA _{CAM}	138	786
RWA _{JUR1} + RWA _{JUR2}	3.702	3.647
RWA _{OPAD}	<u>5.517</u>	<u>4.897</u>
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8%) (a)	<u>18.308</u>	<u>13.324</u>
Adicional de Conservação de Capital Principal (2,5% sobre o RWA) (b)	<u>5.722</u>	<u>2.896</u>
Patrimônio de referência mínimo exigido total	<u>24.030</u>	<u>16.220</u>
Índice de Basileia	21,94%	33,71%
Saldo Utilizados para cálculo do RWA:	<u>228.862</u>	<u>154.480</u>
Exposição ao risco de crédito - RWA _{CPAD}	111.893	46.306
Ativos de câmbio - RWA _{CAM}	1.730	9.113
Ativos indexados a juros pré - RWA _{JUR1}	30.350	22.655
Ativos indexados a cupom cambial - RWA _{JUR2}	15.925	19.629
Exposição ao risco operacional - RWA _{OPAD}	68.964	56.777

- (a) Em 31 de dezembro de 2018 o percentual utilizado para cálculo do Patrimônio de Referência Mínimo Exigido era de 8,625%
- (b) Em 31 de dezembro de 2018 o percentual para cálculo do Adicional de Conservação de Capital Principal era de 1,875%.

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio de Referência da Companhia excedeu em R\$26.182 (R\$35.850 em 2018) o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

<u>Despesas administrativas</u>	<u>2º semestre de 2019</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas de comunicação	(45)	(105)	(147)
Despesas de água energia e gás	(19)	(32)	(25)
Despesas de aluguéis	(122)	(242)	(230)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(6)	(27)	(11)
Despesas de material	(3)	(8)	(23)
Despesas de processamento de dados	(418)	(842)	(951)
Despesas de promoções e relações públicas	(484)	(711)	(366)
Despesas de publicações	(71)	(78)	(153)
Despesas de seguros	(40)	(80)	(80)
Despesas de serviços de terceiros	(545)	(1.078)	(841)
Despesas de serviço técnico especializado	(368)	(656)	(646)
Despesas de transporte	(159)	(358)	(277)
Despesas de viagem ao exterior	(82)	(180)	(252)
Despesas de viagem ao País	(91)	(172)	(68)
Despesas com emolumentos judiciais e cartorários	(35)	(64)	(86)
Despesas com refeições	(26)	(50)	(61)
Despesas com amortização do intangível	(46)	(90)	(87)
Depreciação de bens de uso próprio	(100)	(201)	(196)
Despesas de armazenamento	(126)	(531)	(212)
Encargos de pagamento em atraso	(187)	(407)	(664)
Despesas bancárias	(57)	(144)	(423)
Outras despesas administrativas	(58)	(233)	(286)
Total	(3.088)	(6.289)	(6.085)

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre de 2019</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor proporcional de contraprestação (a)	4.910	9.100	8.229
Juros ativos	2	6	11
Receita com comissões	-	-	84
Descontos obtidos	355	371	13
Encargos	96	236	169
Outras	63	164	529
Total	5.426	9.877	9.035

- (a) Saldo refere-se ao valor recebido de bens que já estão em uso pelos clientes, relativos aos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. O recebimento destas parcelas é assegurado pelo Termo de Recebimento e Aceitação Parcial, assinado entre as partes.

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Descontos concedidos	(169)	(228)	(79)
Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 15)	(9)	99	162
Outras	(1)	(1)	(1.883)
Total	(179)	(130)	(1.800)

26. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2º semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de danos e reparos	637	1.109	520
Lucro decorrente da venda de bens a terceiros (a)	5.982	13.472	2.721
Prejuízo decorrente da venda de bens a terceiros (a)	(1.080)	(2.581)	(2.245)
Desvalorização de outros valores e bens	65	112	1.729
Outras Receitas não operacionais	2	5	23
Outras Despesas não operacionais (b)	(6)	(6)	(112)
Total	5.600	12.111	2.636

(a) Refere-se ao resultado na venda de bens não de uso próprio (BNDU) quando estes retornam da operação de arrendamento mercantil e são alienados a terceiros.

(b) Valor referente a constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos "impairment". (nota explicativa nº 10 - Outros valores e bens).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia informa que, até o presente momento não identifica impactos relevantes em suas operações ou no desempenho econômico financeiro para o exercício de 2020, em virtude da Pandemia de Coronavírus (COVID 19) que atinge o mundo nesse momento.